

Polo da Alemoa vai investir R\$ 50 mi em sistema de segurança

Segundo ABTL, intervenções serão implantadas em até 18 meses

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL
DA REDAÇÃO

As empresas do Polo Industrial da Alemoa vão investir R\$ 50 milhões para aprimorar os sistemas de segurança e combater a sinistros. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Terminais Líquidos (ABTL), Mike Sealy, durante o fórum *Segurança no Porto*, realizado pelo Grupo *Tribuna* e Associação Comercial de Santos (ACS), na última segunda-feira, na Cidade.

O objetivo do investimento empresarial é potencializar e integrar os recursos já disponíveis para que sejam ainda mais eficazes. As intervenções, que têm prazo de 18 meses para serem concluídas, vão se basear em diagnósticos realizados por comissões específicas instauradas pela ABTL e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).

As comissões foram estabelecidas após o sinistro envolvendo o terminal da Ultracargo,

Iniciativa

“Nosso objetivo com esse investimento é estar um passo à frente de qualquer eventualidade”

Mike Sealy,
vice-presidente da ABTL



na Alemoa, há quase um ano. Com duração de nove dias, o incêndio foi considerado o maior do Brasil em extensão. Ao menos 80 bombeiros participaram diretamente do combate às chamas. Sete toneladas de peixes mortos, em decorrência do evento, foram recolhidos nos dias posteriores.

“Não estamos nos readequan-

do, pois todas as empresas seguem as normas e estão de acordo com suas demandas de segurança operacional. Nosso objetivo com esse investimento é estar um passo à frente de qualquer eventualidade. É aprimorar”, explica Sealy, que também é coordenador da Câmara de Terminais de Granéis Líquidos da Associação Comercial.



Empresas da Alemoa querem aproveitar recursos já existentes para ampliar segurança de suas operações

APRIMORAMENTO

Um sistema unificado de combate a sinistros está entre as melhorias que serão implantadas com a aplicação dos recursos. Uma das preocupações é manter o fluxo contínuo com uma fonte “inesgotável” de água: o mar. Avalia-se instalar bombas de sucção de grande potência nos píeres para garantir o abastecimento dos hidrantes e dos tanques de armazenamento.

“Estamos em um momento de quantificar os equipamentos que serão necessários”, afirma o vice-presidente da ABTL. Sealy revela que é discutida a aquisição de caminhões-tan-

ques semelhantes aos utilizados pela Petrobras, para estarem à disposição das empresas da Alemoa e dos terminais químicos do Porto.

Participam da iniciativa 11 empresas, todas associadas à ABTL, que hoje têm à disposição um armazém com recursos de crise avaliados em R\$ 5 milhões. “Ele integra nosso Plano Integrado de Emergência (PIE), que completa 20 anos agora e passa constantemente por adequações ao longo dos anos. Também estamos aprimorando novamente com base no que ocorreu”, explica o executivo.

TRANSPARÊNCIA

Ainda durante o encontro, o vice-presidente da ABTL garantiu que existe livre acesso às informações dos produtos manipulados em tanques pelas empresas localizadas no cais santista. A afirmação é uma resposta à alegação de demora, durante os últimos sinistros, para esclarecer qual produto químico estava em combustão e, assim, determinar qual a ação de combate.

“Até por questão de segurança, há um domínio total sobre o que está em tanque. As autoridades sabem e não têm como não saber”, conclui.

Prevenção deve ultrapassar áreas de risco

Para os comandos do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil no Estado, que também participaram do fórum *Segurança no Porto*, a aquisição de novos equipamentos deve estar aliada a planos de emergência eficazes. Segundo eles, as ações de prevenção e contenção devem ultrapassar as áreas de risco e chegar à população.

O coronel José Roberto Rodrigues de Oliveira, coordenador estadual da Defesa Civil, quer que a região crie um sistema de Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais (Apell, em inglês). A diretriz é recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para conglomerados urbanos e industriais.

Ele defenderá a iniciativa no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb). “Com o Apell, você envolve e prepara a comunidade, as indústrias e o Governo para sinistros como os que ocorreram recentemente. Evita o pânico e otimiza os recursos”. São necessários dois anos de preparo. Os



José Roberto Rodrigues de Oliveira defende adoção de sistema Apell

aparelhos indicados para cada sinistro e forças disponíveis também devem estar no plano.

Para o tenente-coronel Eduardo Nocetti, comandante do 6º Grupamento do Corpo de Bombeiros, a questão de governança, discutida no encontro, é essencial para efetivar ações conjuntas com outros órgãos.

Nocetti anunciou que, neste semestre, Cubatão receberá um caminhão-tanque seme-

lhante ao já utilizado na Petrobras – que auxiliou no sinistro da Ultracargo. “Ficará nas proximidades das indústrias, mas estará a postos se o Porto precisar. Ele também estará habilitado para incêndios urbanos”. A viatura foi adquirida com recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta aplicado pelo Ministério Público em empresas penalizadas por acidentes ambientais. (JCP)



João Paulo Papa acredita que coordenação será da Companhia Docas

Codesp pode coordenar ações, propõe Papa

FERNANDA BALBINO

“Criar uma coordenação para as ações de mitigação dos impactos de acidentes no Porto de Santos e, ainda, um trabalho de prevenção com a participação das comunidades foram outros pontos abordados durante o fórum *Segurança no Porto*. Para o deputado federal João Paulo Papa (PSDB), este processo deve ser uma responsabilidade da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). “A sensação é que falta um organismo que coordene essas informações. Na minha visão, tem que ser a Autoridade Portuária”, disse o parlamentar.

O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Roberto Clemente Santini, que também é diretor-presidente da TV *Tribuna*, defende um amadurecimento das políticas de prevenção e minimização dos impactos, após os últimos acidentes no Porto. “A gente tem que reunir tudo que aconteceu e refletir. Existem vários fatores de fiscalização, competências que devem ser esclarecidas. Os produtos estão mudando, no caso do açúcar, está cada vez mais inflamável e é preciso se preparar cada vez mais com as experiências que já aconteceram”.

Para o diretor-presidente de *A Tribuna*, Marcos Clemente Santini, o fórum cumpriu seu objetivo ao incentivar o debate sobre a segurança do Porto.

Debate

O fórum *Segurança no Porto*, realizado pelo Grupo *Tribuna* e pela Associação Comercial de Santos (ACS), teve o objetivo de incentivar o debate sobre a segurança no complexo santista.

Coordenação

“A sensação é que falta um organismo que coordene essas informações. Na minha visão, tem que ser a Autoridade Portuária”

João Paulo Tavares Papa,
deputado federal

“Primeira coisa: tem que ter uma voz oficial para não gerar pânico para a população e, depois, criar grupos de trabalhos, mas não apenas quando acontecer um acidente. Eles devem ser sempre preventivos, para quando ou se acontecer, todas as entidades já estejam se falando e sabiam o que fazer”.

Ibama defende acesso a informações

A criação de um sistema de gerenciamento de informações é vista como uma forma de prevenção de acidentes no Porto de Santos. A ideia é que os dados sejam compartilhados entre o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), responsáveis pela emissão de licenciamentos ambientais de empreendimentos portuários.

“Não existe sistema em que a gente integre os riscos ou tenha uma visão espacial do que está sendo armazenado, do risco que está sendo gerado como um todo. Em uma visão espacial da região, a gente consegue dentro do Porto organizado, que é licenciado. Fora do Porto, na retroárea, a gente não consegue identificar esses riscos”, destacou a superintendente do Ibama em São Paulo, Cinthia Masumoto.

Segundo a superintendente, uma parcela grande das informações necessárias para prevenir ou mitigar impactos de acidentes está disponível nos licenciamentos ambientais. Mas o acesso não é tão rápido. “É uma solução de TI (Tecnologia da Informação) bem simples, mas não tem esse gestor. Poderia ser o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Portos poderia elencar alguém, mas não existe essa motivação”.

Para o gerente regional da Cetesb, Enedir Rodrigues, a prevenção de acidentes setorial ainda mais difícil pela gama de produtos armazenados no complexo santista. Para ele, a fiscalização é complexa por conta dos diversos órgãos envolvidos, responsáveis pela liberação de cargas que não estão especificadas ou apenas constam como perigosas.

“A Cetesb está com um grupo de trabalho em que estamos fazendo vistorias em todos os terminais e nós vamos fazer uma revisão de licenciamentos e de planos de gerenciamento de riscos e do plano de ações de emergência que todas as empresas possuem”, disse Rodrigues. (FB)

SP terá de comprar equipamentos, diz França

O vice-governador Márcio França reconheceu, durante o fórum *Segurança no Porto*, a necessidade de melhor equipar o Corpo de Bombeiros da região para enfrentar sinistros de grandes proporções no complexo santista e nas áreas industriais de Cubatão. O objetivo é oferecer pronta resposta em casos de eventos semelhantes aos que ocorreram recentemente.

“Agora, o Estado tem que comprar equipamentos maiores para incêndios químicos, mas ainda não temos previsão para isso ocorrer. É algo que está fora do mercado comum e muitos têm que vir de fora (do País)”, afirmou. Ele cita, por exemplo, a aquisição de caminhões-tanque semelhantes aos utilizados pelo sistema interno da Petrobras.

Para França, a preocupação em melhor equipar a corporação torna-se mais necessária com a possível construção de uma nova usina termelétrica

União

Os deputados federais Beto Mansur (PRB) e João Paulo Papa (PSDB), ambos ex-prefeitos de Santos, defenderem o aporte de recursos do Governo Federal para melhorar a segurança do Porto de Santos.

em Santos. O projeto, conduzido por uma empresa do Sul do País, foi anunciado pelo Estado no último mês e prevê um porto de regaseificação.

O vice-governador acredita que o imposto recolhido pela Taxa dos Bombeiros é o que dará condições ao Estado para comprar os novos equipamentos. Em paralelo, ele cobra a Autoridade Portuária para que ela atue, junto ao Governo Federal, para se adequar à demanda de segurança.

CONGRESSO

Também durante o encontro da última segunda-feira, o deputado federal Beto Mansur (PRB) defendeu a necessidade de manter, no cais santista, os recursos obtidos pelo Governo com o arrendamento de terminais. O parlamentar considera esta a única alternativa para que os investimentos locais, como aqueles que envolvem segurança, fiquem assegurados.

“A gente não quer que essa receita seja colocada nos cofres do Governo Federal, porque vai sumir”, criticou.

Em defesa semelhante, o também deputado federal João Paulo Papa (PSDB) lembrou que o dinheiro arrecadado com os novos leilões de áreas portuárias deveriam ser destinados aos complexos de origem, mesmo que parcialmente.

Na Câmara, ele apresentou uma proposta que garante 50% dessa arrecadação aos portos. (JCP)